

Financeira liquidada pagará com correção

BRASÍLIA — As financeiras que operavam nas áreas de poupança e casa própria, e estão sob intervenção ou em liquidação extrajudicial, como a Delfin, a Haspa e o Comind, terão de pagar suas dívidas ao Banco Central e à Caixa Econômica Federal com correção monetária, retroativa até a data da liquidação. A Constituinte aprovou a medida por 387 votos a favor, um contra e nove abstenções.

“Essa emenda fecha a brecha aberta pelo Decreto 2091, de 1986, preparado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, que extinguiu o BNH e, junto, aboliu a correção monetária dos débitos das empresas liquidadas até a data da implantação do Plano Cruzado”, explicou o deputado Luís Salomão (PDT-RJ). Acrescentou que a lei do colarinho branco, aprovada antes do decreto redigido por Saulo, previa correção monetária sobre os débitos das financeiras.

Prêmio — Ao pedir da tribuna aos parlamentares a aprovação da emenda, o deputado José Serra (PSDB-SP) mostrou ao plenário que, sem a correção monetária das dívidas, as empresas liquidadas seriam beneficiadas pela inflação, que valorizaria seus ativos e desvalorizaria os débitos. “Em pouco tempo, a situação se invertia, fazendo aparecer um lucro tão mais elevado quanto maior era o período de liquidação extrajudicial”, disse Serra, completando: “O castigo acabava se convertendo em prêmio”.

Serra ressaltou que um dos aspectos mais importantes da emenda é a aplicação retroativa da correção monetária aos débitos com o Banco Central e o BNH (hoje transferidos para a Caixa Econômica Federal).

Na opinião do deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ), a emenda “é altamente moralizadora”, porque “acabará de uma vez por todas com essa história do passivo de uma empresa liquidada acabar sendo superado pelo seu ativo e os donos dessas empresas ainda saírem com lucro, depois de tudo”.

□ O ex-controlador do grupo Delfin, Ronaldo Guimarães Levinsohn, reagiu com naturalidade à decisão da Constituinte aprovando por ampla maioria de votos o pagamento retroativo da correção monetária nos débitos das instituições sob intervenção ou liquidação extrajudicial. A medida, conforme assegurou, já está embutida no acordo que está concluindo com o Banco Central para levantar a liquidação da Delfin. Observou, no entanto, que considerava lamentável que os Constituintes tivessem esquecido de incluir a incidência da correção monetária aos portadores de títulos de capitalização que, também, está previsto no acordo que a Delfin está fazendo com o BC. Eles receberão correção monetária integral e plena. “No meu caso não preciso de texto constitucional para aprender a ser honesto e saber calcular quanto devo. Quero pagar minha dívida e não deixar”. — concluiu.

Plenário rejeita plebiscito sobre des fusão do Rio

A Constituinte rejeitou por ampla maioria (330 votos contra 81 e 42 abstenções) a proposta de realização de um plebiscito que submeteria à população do estado do Rio, no próximo dia 15 de novembro, a manutenção ou não da fusão ocorrida durante o governo Ernesto Geisel, em 1975, quando a desenvolvida Guanabara foi anexada ao empobrecido estado do Rio de Janeiro. Segundo o autor da emenda, deputado Adolpho Oliveira (PL), o resultado foi a falência da prefeitura do Rio e o empobrecimento e abandono ainda maior do estado.

A bancada fluminense votou dividida: 18 a favor do plebiscito, 22 contra e uma abstenção. Não houve unanimidade também entre os candidatos à prefeitura do Rio. Márcio Braga (PMDB), Jorge Leite (PMDB), Álvaro Valle (PL) e Rubem Medina (PFL) votaram a favor do plebiscito. Artur da Távola (PSDB), Francisco Dornelles (PFL) e Roberto D'Ávila (PDT) votaram contra. A bancada pedetista votou majoritariamente contra a des fusão, contrariando a afirmação feita há dias pelo executor da fusão, Faria Lima, de que a des fusão interessaria ao ex-governador Leonel Brizola.

Por 247 votos contra a 186 a favor, a Constituinte rejeitou também a suspensão por cinco anos do pagamento da dívida externa. O deputado Wilson de Souza também não conseguiu aprovar sua emenda, que limitava em 3% ao ano os juros sobre o principal da dívida: 227 constituintes votaram contra a 200 a favor. Já Ademir Andrade (PSB-PA) não conseguiu mais de 186 votos a favor (teve 236 contra) de sua proposta para que, durante 12 anos, 4% do orçamento da União fossem destinados a um fundo a ser criado para o desenvolvimento da Reforma Agrária.

Com Fernando de Noronha cai o último território federal

BRASÍLIA — Por 291 votos a favor, 85 contra e 30 abstenções, a Constituinte aprovou a fusão de emendas dos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e José Moura (PFL-PE), que anexa o território de Fernando de Noronha a Pernambuco, decisão que o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna tentará, conforme já anunciou, anular no segundo turno de votação. Caso ele não consiga isso, o Brasil, promulgada a nova Constituição, não terá mais territórios, pois um acordo de lideranças prevê a transformação de Roraima e Amapá em estados.

A esquerda pernambucana, aliada ao PT e sob o comando da deputada Cristina Tavares (PSDB-PE), comemorou a anexação acenando lenços brancos para o governador do território, Fernando César Mesquita, que assistira à votação da tribuna dos jornalistas. “Arraes, agora, administra seu próprio presídio”, disse Gibson, ao lembrar que durava 10 anos no Legislativo a luta pela anexação do arquipélago a Pernambuco, ao qual pertencera até pouco antes da Segunda Guerra Mundial, quando foi transformado em base militar.

Para Cristina Tavares, a Constituinte concedeu a anistia que faltava: “Anistiou uma ilha que jamais será cárcere de presos políticos, como o foi para o governador Miguel Arraes, em 64, nem reserva pessoal dos governadores biônicos que passaram por lá”. Cristina trabalhou pessoalmente os votos de adesão à proposta assinada pelos companheiros da bancada pernambucana. “Virei todos os votos do PT e dos mineiros do PSDB, quando nos aliamos a eles para votar contra o estado do Triângulo”, conta a deputada.

Além dos argumentos históricos de que Fernando de Noronha já havia sido um pedaço de Pernambuco, Cristina pediu os votos como uma homenagem a ela própria. “No segundo turno, teremos uma briga para manter a proposta, mas não conseguiremos 280 votos para derrubá-la”, avalia.

A definição administrativa do arquipélago virá, de acordo com Gibson e Cristina, através de lei complementar à Constituição de Pernambuco. O deputado acredita que Fernando de Noronha se transformará em município. “Teremos eleição, ou o governador indicará um prefeito”.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), comemorou a vitória provocando o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), ao lembrar que a comarca de São Francisco, hoje do lado baiano do rio, já pertenceu à Pernambuco e foi anexada à província da Bahia nos idos de 1800, como forma de punição aos revolucionários pernambucanos da Confederação do Equador. A Constituição de Pernambuco mantém um artigo que diz que um dos compromissos dos deputados é lutar pela incorporação da antiga comarca ao estado. “Mas aí também é demais”, admitiu Freire com bom humor, mesmo porque ninguém ousou apresentar uma proposta dessa natureza na Constituinte.”



Um governador que era visto como 'marajá'

O estaleiro pernambucano Diemar foi uma de suas vítimas. Irritado porque a empresa forneceu a jornais informações sobre a encomenda de uma lancha de luxo para patrulhamento da costa do arquipélago que dirige, o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, suspendeu a operação. A lancha, semelhante a que é usada pela Guarda Costeira dos Estados Unidos, esclarecido o vazamento da notícia que Fernando César não gostou, acabou sendo comprada.

Fernando César Mesquita, um porta-voz e um ouvidor-geral que brigou com ministros e criou muitos problemas para o presidente José Sarney, nos três anos e meio de Nova

República, estava ontem entre os assistentes da sessão da Constituinte que devolveu Fernando de Noronha a Pernambuco. A emenda que vai despojá-lo das pompas de governador, no dia em que a nova Constituição entrar em vigor, foi dos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e José Moura (PFL-PE). “Para mim foi uma surpresa. Eu não achava que passasse”, disse o governador. Entre jornalistas, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) comemorou: “Acabaram, finalmente, com o último marajá deste país”.

Que a amizade que Sarney devota a Fernando César Mesquita sempre foi para valer não existem dúvidas. Fernando de Noronha, por conta dela, conseguiu até ser incluído no Fundo de Participação dos Municípios, com direito a uma cota prevista, este ano, em Cz\$ 1 bilhão 500 milhões. Planos para o futuro, Fernando César não tem. Mas admite disputar a prefeitura, se a ilha virar município.